PRESIDENTE: DESEMBARGADOR LUIZ GALLOTTI
PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL: DR. RICARDO DAHER OTTONI
SECRETÁRIA JUDICIÁRIA: DRA. ANA CAROLINA ROMAN OTTONI - Promotora de Justiça - na Portaria 0.2.2.2.
SUPLENTES DE DESEMBARGADORES: ROBERTO GONÇALVES DE MOURA - ROBERTO LUIS TORRES DE NORONHA - ATHAIDE MOREIRA DE QUEIROZ JUNIOR
JUÍZES: ROBERTO LUIS TORRES DE NORONHA - ROBERTO GONÇALVES DE MOURA - ATHAIDE MOREIRA DE QUEIROZ JUNIOR - CARLOS EDUARDO CAPUTO BASTOS - ANDRÉ GUILHERME LEMOS JORGE - JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BETTENCOURT - CARLOS GAIA

SESSÃO DE 02/06/2021 A 08/06/2021

Todos os processos da Formação de Contas Eleitorais apresentados pela SESJE/SEOTC, TAIPAN SOUZA DAMASCO - DIRETOR(A) - SECRETARIA DE JUSTIÇA, LENGUA DE SESSÃO DE 02/06/2021 A 08/06/2021

As contas dos vereiros se Eleições 2020, no município de ELDORADO, foram apresentadas conforme previsto na Resolução TSE nº 23.607/2019.

Após a publicação do edital, não houve impugnação, conforme certidão de fls. 1.000. Em seguida, a unidade técnica emitiu parecer opinando pela Aprovação com Ressalvas das contas dos candidatos.

Ressalta-se que a análise da regularidade das contas de campanha não compete à Justiça Eleitoral, mas sim à Receita Federal do Brasil, conforme estabelecem os artigos 2º, 3º e 4º da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Dessa forma, a análise técnica das contas de campanha pela Justiça Eleitoral tem como objetivo verificar a regularidade formal das contas apresentadas por meio de um conjunto de procedimentos de auditoria, realizados de acordo com critérios estabelecidos na Resolução TSE nº 23.607/2019.

Em sede de diligências, a unidade técnica concluiu pela aprovação com ressalva das contas apresentadas pelo candidato abaixo, em razão da seguinte irregularidade:

1. Omissão de Despesa de Contas Pessoais (Contido também o serviço de prestação de contas anual), conforme art. 47, § 2, II da Resolução TSE nº 23.607/2019. O candidato alegou haver sido o responsável pelo pagamento de despesas de contas pessoais, porém não apresentou documentos comprobatórios. Valor: R$ 1.000,00 (mil reais). (Item 3.1 do Relatório Técnico).

2. Ausência de Recolhimento de Recursos Financeiros de Origem Não Identificada (Contido também o serviço de prestação de contas anual), conforme art. 32, § 1º da Resolução TSE nº 23.607/2019. O candidato alegou que não recebeu recursos de origem não identificada, porém não apresentou documentos comprobatórios. Valor: R$ 1.000,00 (mil reais). (Item 4.1 do Relatório Técnico).

Intimado, o candidato apresentou manifestação, mas não logrou êxito em sanar as irregularidades apontadas.

Em seu parecer final, o Ministério Público Eleitoral opinou pela **DESAPROVAÇÃO** das contas apresentadas pelo candidato abaixo, em razão da seguinte irregularidade:

1. Omissão de Despesa de Contas Pessoais (Contido também o serviço de prestação de contas anual), conforme art. 47, § 2, II da Resolução TSE nº 23.607/2019. O candidato alegou haver sido o responsável pelo pagamento de despesas de contas pessoais, porém não apresentou documentos comprobatórios. Valor: R$ 1.000,00 (mil reais). (Item 3.1 do Relatório Técnico).

2. Ausência de Recolhimento de Recursos Financeiros de Origem Não Identificada (Contido também o serviço de prestação de contas anual), conforme art. 32, § 1º da Resolução TSE nº 23.607/2019. O candidato alegou que não recebeu recursos de origem não identificada, porém não apresentou documentos comprobatórios. Valor: R$ 1.000,00 (mil reais). (Item 4.1 do Relatório Técnico).

Vencido o prazo para manifestação, o candidato quedou-se inerte. Dessa forma, o voto é no sentido de que as contas sejam julgadas **DESAPROVADAS**.

Ante o exposto, **VOTO** pela **DESAPROVAÇÃO** das contas apresentadas pelo candidato abaixo, em razão da seguinte irregularidade:

1. Omissão de Despesa de Contas Pessoais (Contido também o serviço de prestação de contas anual), conforme art. 47, § 2, II da Resolução TSE nº 23.607/2019. O candidato alegou haver sido o responsável pelo pagamento de despesas de contas pessoais, porém não apresentou documentos comprobatórios. Valor: R$ 1.000,00 (mil reais). (Item 3.1 do Relatório Técnico).

2. Ausência de Recolhimento de Recursos Financeiros de Origem Não Identificada (Contido também o serviço de prestação de contas anual), conforme art. 32, § 1º da Resolução TSE nº 23.607/2019. O candidato alegou que não recebeu recursos de origem não identificada, porém não apresentou documentos comprobatórios. Valor: R$ 1.000,00 (mil reais). (Item 4.1 do Relatório Técnico).

Intimem-se.

Belém, 08 de junho de 2021.

Desembargador Carlos Caputo
Juiz Relator